



## REVISITANDO NOSSOS FEMINISMOS: A HISTÓRIA DO GRUPO DE MULHERES NEGRAS DO MNU BAHIA

Claudia Pons Cardoso<sup>1</sup>  
Silvana Santos Bispo<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo revisitar o pensamento da intelectual ativista negra Luiza Bairros e registrar através de suas memórias a história do Grupo de Mulheres Negras do MNU Bahia, fundado em 1981. Registro compreendido na esteira da *escrevivência*, anunciada por Conceição Evaristo, tomando a memória para escrita da história do movimento de mulheres negras. A memória capturada na narrativa revela histórias de insurgência do movimento na diáspora, analisadas em sintonia com as experiências da ativista. A abordagem pretende evidenciar o contínuo de lutas de mulheres negras como processo histórico vital de (re)existência à ordem desumanizadora que se mantém e persiste sob a égide da colonialidade, mesmo após o fim do colonialismo. Nossa intenção é enfatizar o compromisso perene e incansável de mulheres negras em luta histórica, agência e afirmação de nosso lugar no mundo. Ao trazeremos o ativismo feminista negro em Salvador, celebramos os 40 anos do NEIM, as redes e as confabulações articuladas por mulheres feministas em diferentes espaços por um mundo inclusivo.

**Palavras-Chave:** Luiza Bairros; Pensamento de mulheres negras; Memória; Feminismo negro; *Escrevivência*.

### ABSTRACT

This article aims to revisit and celebrate the thoughts of the Black activist intellectual Luiza Bairros and to record, through her memory, the history of the Black Women's Group of MNU Bahia, founded in 1981. This record is understood in the context of "*escrevivência*," as announced by Conceição Evaristo, taking memory as the basis for writing the history of the Black women's movement. The captured memory in the narrative reveals stories of insurgency of the movement in the diaspora, analyzed in harmony with the activist's experiences. The approach intends to highlight the continuous struggles of Black women as a vital historical process of (re)existence against the dehumanizing order that persists under the aegis of coloniality, even after the end of colonialism. Our intention is to emphasize the enduring and tireless commitment of Black women in a historical struggle, agency, and affirmation of our place in the world. By bringing black feminist activism to Salvador, we celebrate 40 years of NEIM, the networks and confabulations articulated by feminist women in different spaces for an inclusive world.

**Keywords:** Luiza Bairros; Thoughts of Black women; Memory; Black feminism, *Escrevivência*.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), graduação em Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990), Mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995) e Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (2012). Atualmente é professora Titular da Universidade do Estado da Bahia, integrante do Centro de Estudos em Gênero, Raça e Sexualidades Diadorim/ CEGRES/DIADORIM/ UNEB.

<sup>2</sup> Silvana Santos Bispo, historiadora, professora Ms. da Rede Estadual de Educação do Bahia (SEC/BA), ativista do movimento de mulheres negras, compõe a rede nacional de historiadoras e historiadores negros, doutoranda PPGNEIM/UFBA. Educadora social, mãe de menina, atua como formadora na Escola de Formação de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras na escola Beatriz Nascimento, pelo ODARA – Instituto da Mulher Negra.

## Introdução

A história do movimento de mulheres negras brasileiras vem sendo contada por muitas vozes e registrada por diferentes mãos. As vozes transformam memórias compartilhadas de vivências na organização e participação do movimento em narrativas sobre mobilização política na construção de outro pacto civilizatório e projeto de justiça social. As memórias de algumas ativistas negras se confundem com a própria história política dos movimentos contra as hierarquias e desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade, anunciando uma voz coletiva que reflete nossas experiências concretas. A socióloga negra Luiza **Bairros**<sup>3</sup> é uma destas vozes, seu pensamento é *sulear*<sup>4</sup> para o movimento de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil.

Este artigo tem por objetivo revisitar o pensamento de Luiza **Bairros** e registrar através de suas memórias a história do Grupo de Mulheres Negras do MNU Bahia, iluminando mais um capítulo das *amefricanas* em diáspora. Traz no próprio título a relação com o pensamento da intelectual ao remeter a seu texto clássico, *Nossos Feminismos Revisitados*, publicado em 1995. Nele a exposição de argumentos construídos a partir da experiência de mulheres negras para evidenciar estruturalmente o modo como raça reconfigura gênero e as relações de gênero, posicionando mulheres negras cis e trans para experimentar a opressão a partir de um lugar específico. Em 2007, Luiza **Bairros** concedeu entrevista para realização de trabalho de pesquisa de uma das autoras, que finalizava etapa conclusiva de estudo, e relatou a história da formação do Grupo de Mulheres do MNU, ora escrita por duas mulheres negras que ao longo dos anos constroem laços de afeto e irmandade. Conhecemos **Luiza** em momentos diferentes no tempo e na vida, neles vivenciamos sua disposição em compartilhar conhecimento, testemunhamos sua preocupação com as novas gerações de ativistas negras e negros e seu compromisso inabalável com o movimento contra o racismo.

Registrar a história do grupo é, portanto, revisitar as práticas de insurgência elaboradas por ativistas negras para constituírem sua autonomia política. Registro

---

<sup>3</sup> Como propõe a pesquisadora Angela **Figueiredo** em um artigo publicado (2020), autoras negras aparecem em negrito no texto como forma de evidenciar produção intelectual de pessoas negras no Brasil, ao passo do combate a invisibilidade imposta pelo racismo sistêmico na produção do conhecimento, ao qual é comumente apresentada como masculina e branca.

<sup>4</sup> Termo *SULear*, cunhado por Marcio D’Oliveira Campos em 1991 para problematizar e, contra hegemonicamente, opor-se ao termo nortear.

compreendido na esteira da escrevivência, em sua concepção inicial, anunciada por Conceição **Evaristo** (2020, p. 30), ao unir memória e história, “se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado”. Imagens estereotipadas, alimentadas pelo silenciamento e invisibilidade forçados e continuamente reforçadas pelo apagamento histórico. A memória vivida oferece uma narrativa histórica que difere, como salienta Saidiya **Hartman** (2021), dos arquivos que prescrevem o que pode ser dito sobre o passado e os tipos de histórias que podem ser contadas. A memória capturada na narrativa revela histórias que necessitam ser contadas sem interditos. Assim, tomar a escrever vivência como perspectiva é anunciar o caminho para a escrita da narrativa diaspórica dissidente do corpo ser negro feminino e sua memória compartilhada. Nesse movimento, como anunciado por Conceição **Evaristo**, perseguimos uma escrevivência, para isso “buscamos a primeira narração, a que veio antes da escrita”. Buscamos “a voz, a fala de quem conta, para se misturar” à nossa. (**EVARISTO**, 2017, p.6). Buscamos a voz de Luiza **Bairros** para juntas tecermos esta história agora narrada, nesta compreensão a entrevista rasura as normas, uma vez que é interpretada como vivência e não reduzida à fonte de informação a ser citada. O texto resultante assume autoria coletiva de uma escrevivência feminista negra decolonial.

E ao tecermos um capítulo da história do movimento de mulheres negras brasileiras com as memórias de Luiza **Bairros**, cruzamos e interligamos com a história do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBA, pois a história da ativista em Salvador se entrelaça em muitos momentos com a trajetória do NEIM, como o instituto é lembrado entre o movimento de mulheres. Luiza **Bairros** e NEIM, fundado em 1983, no período de redemocratização do país, experienciam o mesmo contexto e integram a memória-história do movimento de mulheres de Salvador e da construção do feminismo na Bahia. O NEIM como espaço de ativismo, formação política e estudos acadêmicos desempenhou um papel pioneiro e vital tanto junto a mulheres de movimentos sociais, criando condições para permitir a leitura da realidade de discriminação e de opressão, quanto na promoção de campo da pesquisa interdisciplinar e na expansão do conhecimento sobre relações de gênero e equidade, gestando uma trajetória compromissada com a defesa do feminismo como política de libertação e para produzir conhecimento.

O debate sobre gênero e equidade promovido pelo NEIM na Bahia tem desempenhado um papel fundamental não apenas para o estado, mas para todo o Brasil. Historicamente, a região nordeste enfrenta desafios sociais e estruturais significativos, incluindo altos índices de desigualdade, violência de gênero e discriminação racial. É comum ser retratada como inferior e atrasada, perpetuando estigmas, preconceitos e imagens de controle (COLLINS, 2000). Nesse contexto, o NEIM se destaca como um espaço de resistência epistêmica e produção de conhecimento que visa enfrentar esses problemas de forma interdisciplinar e comprometida com a efetiva transformação social.

É importante ressaltar a permanência de ideias de que produções acadêmicas sobre relações de gênero e feminismo resultam predominantemente do eixo sul-sudeste do Brasil, o que acaba por invisibilizar questões específicas e as demandas das mulheres de outras regiões do país. O trabalho desenvolvido pelo NEIM tem sido crucial para reverter esse viés, ampliando espaço para o diálogo e a reflexão sobre as experiências e realidades das mulheres nordestinas do campo e da cidade, por exemplo. Dessa forma, o núcleo contribui não apenas para a construção de um feminismo mais inclusivo e diverso, mas também para a promoção de uma sociedade plural.

Desse modo, ao trazermos a História de Luiza **Bairros**, celebramos a herança feminista das ‘mulheres do NEIM’ como resultado de décadas de luta e empenho de diferentes gerações de mulheres feministas. Celebramos as redes e as confabulações articuladas por mulheres que realizaram e inscreveram na história a *Folia Feminista*<sup>5</sup>, fazendo da defesa dos direitos de todas as mulheres cis e trans o *abre alas* pela vida, como idealizado pela intelectual ativista feminista, Ana Alice Costa, uma das professoras criadoras do projeto, que faleceu em 2014. Com ousadia visionária e assertividade, Ana Alice, Cecília Sardenberg e Alda Britto da Motta, representantes de uma primeira geração de feministas, deixam de legado para o feminismo o NEIM e juntamente com outras gerações de feministas o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPG/NEIM/UFBA) e o Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD/UFBA), pioneiro no país. Três marcos de resistência às relações de poder e às assimetrias de gênero. E com elas seguimos sem transigir com o racismo patriarcal cis heteronormativo. Assim sendo, este texto se constitui em tributo ao

---

<sup>5</sup> Em alusão ao bloco de Carnaval *Folia Feminista* do NEIM, criado por uma de suas fundadoras, Ana Alice Costa. O bloco nasce com o objetivo de levar às ruas protesto e demandas feministas na segunda-feira de Carnaval, em Salvador.

feminismo, pois o contexto aqui revelado evidencia as diferentes dimensões e experiências de mulheres feministas em múltiplos espaços, transcendendo as amarras sexistas.

## O Corpo-Mulher-Negra Em Vivência: Luiza Bairros

“quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um ‘corpo-mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta”

Conceição **Evaristo**, 2009, p. 18

No processo de recuperação e reinterpretação histórica, principalmente em uma abordagem que pretende evidenciar o contínuo de lutas de mulheres negras como processo histórico de (re)existência à ordem desumanizadora que se mantém com a colonialidade, mesmo após o fim do colonialismo, é imprescindível a ‘pessoalização’ da história, ou seja, inserir o sujeito histórico na cena dos acontecimentos, alargando o centro, deslocando o olhar para as margens onde residem aquelas cujas memórias são ignoradas pela história oficial. Dizer isso, significa, como afirma a historiadora Deise **Pinho**, olhar para a história e refletir sobre o contexto “a partir do enfoque na ‘pessoalização’ da experiência histórica e agência de mulheres negras”. Continua a autora, “a escuta de vozes mulheres negras pessoaliza e assim humaniza o conhecimento histórico, ao evidenciar os lugares de negras/os enquanto sujeitas/os e não objetos nos processos sociais” (**PINHO**, 2023, p.23). O corpo-voz mulheres negras, prossegue em sua argumentação, tem o potencial de contestar discursos e práticas racistas que colocam a nós mulheres negras como não sujeito do fazer histórico. E, assim, avançar na abertura de fissuras na armadura da colonialidade do poder saber, pois inscreve outros saberes civilizatórios na organização de valores democráticos para pensar a vida em sociedade.

Nesse movimento de ‘pessoalização’ da história, anunciamos Luiza Helena de **Bairros**, socióloga, ativista negra, nasceu em 1953 na capital do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, mudou para Salvador nos anos 1970, onde construiu sua trajetória política e intelectual. Integrante do Movimento Negro Unificado (MNU), formou juntamente com outras mulheres negras em 1981, o Grupo de Mulheres do MNU-BA, é uma das grandes



intelectuais dos movimentos negro e de mulheres negras na luta contra o racismo no Brasil, referência nacional e internacional.

Foi candidata a deputada estadual em 1986, Consultora do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), do Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), nas prefeituras das cidades de Recife (PE), Salvador (BA) e no Ministério Público de Pernambuco entre 2003 e 2007. E foi Secretária da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (SEPROMI) em 2008 a 2010. O protagonismo da atuação política e importância para a luta contra o racismo a levou a ser nomeada ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil (SEPPIR) entre 2011 e 2014, onde desenvolveu iniciativas voltadas para a promoção da igualdade racial e de gênero. Luiza **Bairros** partiu para o *Orum*, mundo espiritual, em 2016, representando uma perda profundamente significativa para os movimentos sociais negros e de mulheres no Brasil.

A contribuição de Luiza **Bairros** para os movimentos sociais e suas agendas, em especial o feminismo negro e a luta de negras e negros no país, é incomensurável. A história da vida da ativista se confunde com a história de luta dos movimentos, desde seu ativismo no movimento estudantil até a atuação como ministra de Estado. Sua memória é a memória *de nós*, pois se transmuta em um nós-corpo-mulher-negra em vivência.

Em uma sociedade onde prevalece o entendimento de inferiorização das populações negras, refletir em torno da importância e representatividade do movimento de mulheres negras feministas aponta assumirmos o quê Luiza **Bairros** deixa como herança, a compreensão da fundamental dimensão, aqui em sintonia com bell **hooks** (2019), da força do ecoar das vozes das mulheres negras cis e trans, pois essenciais na produção do conhecimento e no avanço das reflexões político-sociais, de memórias e de histórias não-hegemônicas em oposição ao que foi historicamente moldado pelo racismo, sexismo e pela exclusão desses corpos. Nossas vozes trazem perspectivas únicas e experiências valiosas que estão na maioria das vezes ausentes nas narrativas dominantes, entretanto, são indispensáveis para compreensão mais abrangente dos problemas da colonialidade e para proposição de alternativas resolutivas, posto promotoras de deslocamento epistêmico, de mudança de cena da produção de discursos e saberes.

## **Escrevivenciando Experiências Femininas Negras Em Salvador Com O Grupo De Mulheres Do MNU Bahia**

Luiza Bairros iniciou seu engajamento político no movimento estudantil, em sua cidade natal, porém, é tocada pela luta antirracismo ao entrar em contato em 1979 com o Movimento Negro Unificado, o MNU. Em outras palavras, foi forjada no ascenso dos movimentos estudantil e populares em meio à ditadura militar (BISPO, 2007).

Domingues Petrônio explica que “em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), tem-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado”. A primeira atividade do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), como foi inicialmente denominado, foi a organização de um ato público, reunindo cerca de 2 mil pessoas, nas escadarias do Teatro Municipal, em São Paulo, em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianases. (DOMINGUES, 2007, p. 112-114). Nas palavras de Luiza Bairros:

Era um momento em que vários movimentos sociais, no Brasil, estavam se organizando, especialmente naquele processo de luta contra a Ditadura e foi no meio dessa efervescência política que havia na sociedade, que o Movimento Negro reemergiu nos anos 70 e o MNU em 80. (Luiza Bairros, 18/05/2007).<sup>6</sup>

O período que antecede à formação do movimento negro organizado é marcado pela implantação da ditadura militar estabelecida no Brasil. O período que vai de 1964 a 1974, conhecido como os “anos de chumbo” da ditadura, é o momento em que ocorrem diversas desarticulações por parte de movimentos sociais brasileiros, a exemplo dos movimentos sindicais, estudantis, partidários, pois marcado pela repressão e perseguição política de ativistas de diferentes matizes, de todos e todas que se expressavam contra o autoritarismo e violência dos governos militares. O MNU surge nesse contexto de repressão às liberdades e negação de direitos, dedica-se a denunciar a falácia da democracia racial brasileira defendida e disseminada pelos militares, mostrando que se

---

<sup>6</sup> Entrevista com Luiza Bairros, concedida em 18 de maio de 2007, ocorreu em sua residência na época, no bairro da Federação, na cidade de Salvador, Bahia. Todas as demais citações de Luiza Bairros, ao longo do artigo, pertencem à mesma entrevista.

tratava de um mito, na medida em que a sociedade era estruturada pelo racismo e o preconceito e a discriminação racial solapavam a vida de negros e negras.

Em relação à luta antirracista, diz Luiza Bairros na entrevista:

eu me apaixonei imediatamente pelo movimento, pelo vigor da militância negra naquele período e em seguida eu vim para morar em Salvador e comecei ao mesmo tempo já participando das reuniões do MNU. Então era a época, esta primeira fase, digamos assim, da nossa luta aqui na Bahia. Mas especialmente foi uma fase de afirmação da existência do racismo, era isto fundamentalmente que caracterizava a nossa intervenção, que era muito facilitada em algum sentido, pela existência no mesmo período destas manifestações todas dos blocos afros e afoxés que eram muito fortes. Então, existia uma conjunção de expectativas, de esforços para fazer que a questão racial ganhasse uma nova dimensão na Bahia.

Luiza Bairros era consciente daquilo que Saidiya Hartman (2021), em sua obra *Perder a mãe: uma jornada pela rota da escravidão*, denomina de sobrevivência da escravidão, de um passado que não acabou, pois latente na forma como homens e mulheres negros e negras são tratados na colonialidade, como corpos violáveis, pois destituídos de humanidade. O arrebatamento de Luiza Bairros, nesse sentido, foi cuidadosamente tecido pelo legado de experiências de luta afro-atlânticas contra o racismo.

A cidade do Salvador, capital do estado da Bahia, possui uma população majoritariamente negra, caracteriza-se como centro de rica herança afro-brasileira que se reflete na produção cultural e religiosa e na luta pelos direitos das pessoas negras. Desde o período colonial, quando Salvador era o centro do comércio de escravizados no Brasil, até os dias atuais, a cidade tem sido palco de importantes insurreições negras e atuação dos movimentos negro e de mulheres negras. Organizações do movimento negro brasileiro, por exemplo, como o Olodum e o Ilê Aiyê, se destacaram na promoção da cultura afro-brasileira, usando a música e a cultura como formas de celebrar a identidade negra e conscientizar sobre questões raciais. Além disso, o movimento de mulheres negras de Salvador se notabilizou por ações e protestos em prol dos direitos das mulheres, sempre ativo e fundamental na mobilização feminina na cidade e em todo o território brasileiro.

Ao escolher viver e se engajar na organização do movimento negro em Salvador, Luiza escreveu sua história, entrelaçando-a com a da cidade, buscou inspiração na história política e na cultura afro-baiana para fortalecimento de uma identidade negra e



consciência política, se envolvendo com diversas organizações e movimentos sociais que trabalhavam em defesa da igualdade racial e de gênero. A participação ativa nessas iniciativas aprofundou sua compreensão das complexas intersecções entre o racismo e o sexismo e a levou a desenvolver reflexões únicas e estratégias inovadoras para abordar essas questões. Desse modo, na capital baiana encontrou um ambiente propício para o desenvolvimento de seu ativismo, munindo-se de reflexões que lhe permitiram fazer leituras apuradas da realidade brasileira. A história de Luiza Bairros em Salvador não foi apenas um capítulo em sua vida, mas um elemento definidor de sua jornada como ativista e ser histórico. Suas experiências na cidade a constituíram, inspiraram e fortaleceram.

O contexto político da época revela o período em que o movimento negro nacional denuncia as discriminações imbricadas na sociedade e contesta o total processo de exclusão das populações negras do país. Tendo como eixos básicos a luta pela democracia, a extinção das desigualdades raciais, sociais e a conquista da cidadania, de maneira decisiva reafirma a existência latente do racismo, perpassando todas as instituições da sociedade brasileira, articulando um discurso contra hegemônico e, assim, destronando o discurso do mito da “democracia racial” à brasileira.

O período compreendido entre a criação do MNU, entidade mista, composta por homens e mulheres negros e negras, à fundação das primeiras organizações exclusivamente integradas por ativistas negras, em meados dos anos 80, é revelador do agenciamento das mulheres negras na mobilização e autonomia política em torno de uma agenda voltada para a discussão. Nas palavras de Luiza Bairros, de “diferentes formas da experiência de ser negro (vivido ‘através’ do gênero) e ser mulher negra (vivida ‘através’ da raça), a qual torna supérfluas discussões a respeito de que seria a prioridade do movimento de mulheres negras”, uma vez que “do ponto de vista da reflexão e da ação política, um não existe sem a outra” (BAIROS, 1995, p. 46).

A participação das mulheres negras nas entidades mistas do movimento negro sempre foi marcante, muitas foram as responsáveis pela fundação dessas entidades, apesar da existência de disputas internas balizadas por relações de gênero hierarquizadas, pois, afirma Luiza Bairros na entrevista:

a gente enfrentava uma ‘barra’ muito pesada na relação com os homens dentro da organização. Então o que acontecia, as mulheres compunham a maioria da militância, mas os homens é que tinham a visibilidade, os homens é que dirigiam, os homens é que apareciam como os líderes do movimento.

Tendo em vista, muitas vezes, assumirem o papel de coadjuvantes no interior do movimento e especialmente nas representações dos espaços de liderança, estas posições não conjugavam força suficiente para definir e priorizar as demandas apresentadas pelas mulheres negras, além de serem responsabilizadas por enfraquecer a luta contra o racismo. Da mesma forma, eram rechaçadas as agendas internas que trouxessem em pauta a necessidade de inclusão do debate sobre sexualidade.

Mesmo no seio de um movimento político com experiências históricas compartilhadas, como a escravização, o racismo e a discriminação, existia o entrave da falta de compreensão política para inserção da discussão de gênero de modo interseccionado com raça e sexualidade. As relações de gênero prescreveram o lugar das ativistas negras no interior das organizações mistas, reproduzindo o lugar definido pelo racismo patriarcal heteronormativo. Em relação às mulheres, sublinha Luiza Bairos na entrevista:

havia uma timidez muito grande de maior parte das mulheres. Nas reuniões, para se colocar eram apenas uma, duas, três, quatro mulheres no máximo que se colocavam, se propunham a falar, defender suas ideias, contestar os homens nas coisas que eles colocavam. Mas nas nossas conversas, entre nós mesmas, todo mundo tinha sua opinião sobre tudo, mas aquela coragem de se colocar não estava posta.

A memória recuperada por Luiza Bairos revela uma dinâmica comum em muitos contextos vivenciados por nós mulheres, especialmente as mulheres negras, enfrentar barreiras significativas ao tentar participar de discussões e contribuir para as decisões. A hesitação na manifestação em reuniões públicas, contrastada com a vontade de compartilhar opiniões em conversas privadas, pode ser interpretada como um reflexo das complexas dinâmicas sociais e raciais que moldam as experiências das mulheres negras. O silenciamento de nossas vozes é um fenômeno enraizado na história e nas estruturas sociais de poder. Ao longo dos séculos, fomos sistematicamente desvalorizadas, infantilizadas, desconsideradas e subjugadas em muitos aspectos, reverberando, principalmente, na exclusão de espaços de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, sendo nesses últimos que efetivamente nossas opiniões podem ter maior alcance e impacto.

Essa dinâmica, operada pela colonialidade do poder saber, é determinada pelo racismo, sexismo e a intersecção dessas opressões. O sexismo se manifesta na

desvalorização das contribuições das mulheres em relação aos homens, enquanto o racismo intensifica essa marginalização ao negar às mulheres negras o mesmo reconhecimento e oportunidades que as mulheres brancas e os homens negros recebem.

As mulheres do MNU lançaram mão de estratégias de fortalecimento político coletivo levadas a termo através da formação em rede e articulação política para elaboração de um pensamento próprio. A estratégia traz em seu bojo uma concepção pedagógica feminista de formação e intervenção para construção de um ponto de vista de mulheres negras sobre os temas a serem debatidos. Pode-se dizer que a estratégia do grupo se fundamenta e constitui em pensamento de mulheres negras, isto é, como define Patrícia Hill Collins (1986, p. 6), “ideias produzidas por mulheres negras que clarificam um ponto de vista das e para as mulheres negras”. Sobre a estratégia, elucida Luiza Bairros na entrevista:

Fizemos, na verdade um programa que foi quase uma ‘capacitação’, à nossa moda, a gente não dava este nome, mas era o que a gente fazia. (...), nas reuniões que tínhamos durante a semana, dia de quarta-feira, nem sempre dava para discutir tudo, então a gente tinha reuniões aos sábados que também eram os momentos que recebíamos pessoas novas interessadas em participar, e aproveitávamos para discutir algumas questões com mais profundidade (...). Então, o que nós mulheres fazíamos? Nós reuníamos as mulheres pela manhã, e a gente pegava toda pauta da reunião que ia haver de tarde, e discutíamos a pauta da reunião toda antes, porque entre nós todo mundo falava, entendeu? Então, era muito bacana, porque daí quando o restante da militância chegava que eram os homens realmente, nós já estávamos super aquecidas e quando chegava na hora da reunião todo mundo tinha uma opinião, todo mundo se manifestava, todo mundo tinha uma ideia, etc.

As ativistas reuniam-se para a elaboração de um ponto de vista que refletisse as diferentes respostas aos desafios comuns impostos às mulheres negras em seu cotidiano. E ao fazerem isso desafiaram o lugar no gênero, que tentaram lhe impor, de subserviência e silenciamento definido para o corpo feminino negro. Patrícia Hill Collins (2000) defende a autodefinição como central para o agenciamento das mulheres negras. A autodefinição contribui para o fortalecimento individual e coletivo, na medida em que o grupo fala para si e elabora a sua própria agenda a partir de suas necessidades.

A reação à formação política das ativistas do MNU não foi bem recebida pela maioria dos homens, como diz Luiza Bairros em entrevista, “eles diziam que quase que estávamos formando uma tendência dentro do MNU porque vínhamos para as reuniões

com as opiniões formadas, e não passávamos por aquele processo junto com eles de construir as ideias”. A estratégia além de promover formação política para as mulheres do grupo, acaba por desnudar e desvelar o sexismo dos homens negros integrantes do grupo.

A experiência vivenciada pelas ativistas transcendeu aos objetivos iniciais e a organização política interna lhes permitiu acumular um capital político significativo, levando em 1981 a formação de um grupo específico de mulheres negras no interior do MNU. Este grupo ficou conhecido como GM – Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado Bahia. A perspectiva de militância dentro do movimento de mulheres acabou por ampliar muito as formas de luta e de reivindicações das agendas políticas das mulheres negras, pois, diz em entrevista Luiza Bairros, “isto deu para gente uma outra possibilidade, ampliou muito nossa possibilidade de intervenção em relação ao discurso antirracista”.

O GM possibilitou a construção de experiências significativas, como por exemplo, a peça teatral criada pelas ativistas, *Anônimas Guerreiras Brasileiras*, título referenciado em um poema do escritor e poeta negro gaúcho, Oliveira Silveira, um dos idealizadores do 20 de novembro como Dia Nacional de Consciência Negra. A peça retratava mulheres negras em diversas situações da vida cotidiana, misturando linguagens diversas como teatralização, música, poesia, etc. O GM se apresentou em quase todos os bairros de Salvador e em diversas cidades do estado da Bahia.

O GM se revelou como um verdadeiro catalisador de experiências profundas e significativas, que não apenas elevaram as vozes das mulheres negras, mas também abriram brechas no sexismo arraigado dentro do próprio MNU. A peça teatral marca a trajetória inspiradora do coletivo, exemplo histórico da posicionalidade afirmativa e combativa das ativistas. As mulheres negras reunidas no grupo, que há muito eram marginalizadas até mesmo em espaços de ativismo negro, encontraram uma plataforma onde suas vozes não apenas eram ouvidas, mas celebradas, disseminadas e ecoadas. O GM desafiou as hierarquias de gênero que muitas vezes permeiam os movimentos sociais, demonstrando que o feminismo negro é essencial e as vozes das mulheres negras são cruciais para a luta, a construção de ações e o fortalecimento de nossas agências. Françoise Vergès (2020, p. 35) afirma que os feminismos de política decolonial, como o é o feminismo negro diaspórico, “contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência”.



As vozes mulheres negras ecoaram forte e alto, inspirando não apenas a apreciação mais profunda das lutas e brechas que abriam, mas também a determinação renovada em enfrentar o sexismo. O Grupo de Mulheres demonstrou que a arte, a criatividade e a solidariedade podem ser forças transformadoras e inspiradoras.

Deste momento da entrevista imprimimos na memória o brilho no olhar de Luiza Bairros, o contentamento em rememorar as experiências vividas no GM, a passo da firmeza de sua fala e criticidade das relações sexistas vividas dentro do MNU.

## **Tecendo Diálogos Feministas Com O Grupo De Mulheres Do Mnu Bahia**

As mulheres negras do GM se aproximaram do movimento de mulheres e do feminismo de modo diferente do caminho adotado por alguns grupos do movimento de mulheres negras de outras partes do país, que neste período criavam organizações exclusivas de mulheres negras. Diz Luiza Bairros na entrevista, a gente,

a Bahia, na verdade, tomou um caminho um pouco diferente dos outros lugares e acho o que permitiu isto foi a criação deste grupo de mulheres, a criação do GM. Isto fortaleceu muito a gente, embora fosse uma organização mista a gente conseguia, dentro da organização, ter uma voz. O que aconteceu na maioria dos estados é que os embates dentro das organizações mistas acabaram causando a saída das mulheres para a formação de grupos só de mulheres. Agora, este processo foi um processo lento (...), porque nós só fomos ter o primeiro encontro de Mulheres Negras em 1988, então quer dizer, foi uma coisa gestada ao longo da década de 80 (...), das pessoas irem saindo das organizações mistas e formando seus próprios núcleos, suas próprias organizações de mulheres.

A aproximação das mulheres negras com o movimento feminista, diz, foi necessária, pois “quando a mulher negra percebe as especificidades de sua questão, ela volta-se para o movimento feminista como uma forma de se ‘armar’ de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciadas”. Entretanto, afirma Luiza Bairros na entrevista, as diferenças entre os sujeitos do feminismo logo se sobressaem,

esta questão do trabalho era uma questão fortíssima naquele momento, primeiro era uma coisa muito importante no movimento feminista colocar a necessidade da entrada da mulher no mercado de trabalho,

como um fator de libertação da mulher. Ela ir para o mercado de trabalho, ter acesso a sua própria renda, etc. E a gente colocava o seguinte: para a mulher negra a questão não era ir para o mercado de trabalho porque a gente já trabalhava há muito tempo. A questão era, portanto, as condições como a gente estava inserida no mercado de trabalho. (...) para que as mulheres brancas pudessem ir para o mercado de trabalho era preciso que alguém tomasse conta das casas dela, e estas mulheres eram as mulheres negras, exploradíssimas no trabalho doméstico, com salários ridículos, sem nenhum tipo de direito, etc.

Os direitos trabalhistas e condições dignas de trabalho para as trabalhadoras domésticas foram historicamente demandadas pelo movimento de mulheres negras, as reivindicações da categoria têm raízes profundas no ativismo. Mulheres negras lideranças da categoria foram protagonistas na luta por melhores condições de trabalho e pelo reconhecimento de seus direitos como trabalhadoras<sup>7</sup>. As trabalhadoras domésticas, categoria composta na maioria por mulheres negras, continuam a enfrentar desafios, mas as bases para uma maior igualdade e dignidade no trabalho foram estabelecidas graças às lutas incansáveis das trabalhadoras e do movimento de mulheres negras. Essas conquistas não são vitórias apenas das trabalhadoras domésticas, mas também representam um avanço na luta mais ampla por justiça social, equidade de gênero e combate ao racismo no mercado de trabalho no Brasil. Assim sendo, reconhecer o papel fundamental das mulheres negras nessa luta é essencial para compreendermos a história da classe trabalhadora e as conquistas de seus direitos trabalhistas e da dignidade no trabalho.

A dificuldade do feminismo branco hegemônico em reconhecer a diversidade dentro do movimento tendia a excluir mulheres não brancas, em especial as mulheres negras. Neste sentido, um dos elementos fundamentais em torno da disputa política dizia respeito, exatamente, ao mundo do trabalho e as posições socioculturais de cada grupo. Naquele momento, salienta Luiza Bairros,

nos anos 80, o nosso primeiro embate na verdade se deu no movimento de mulheres a partir das discussões das questões sobre emprego doméstico, do trabalho doméstico, como se diz hoje, era uma coisa pouco aceita por parte delas, o fato que as principais bandeiras do movimento feminista naquela época a gente lia de uma maneira

---

<sup>7</sup> Um marco importante nessa luta foi a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013, que ficou conhecida como a "PEC das Domésticas". Essa emenda trouxe significativas melhorias nos direitos trabalhistas das empregadas domésticas no Brasil, equiparando seus direitos aos de outros trabalhadores urbanos e rurais. Essa conquista não teria sido possível sem a persistência e a resiliência das mulheres negras que lideraram essa causa. Para maiores informações, ver: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta>

diferente e conseqüentemente exigia delas um tipo de comportamento que naquela hora elas não estavam querendo ter.

O exemplo de diferença de agendas em torno do mercado de trabalho, apontado por Luiza Bairros, é elucidativo, enquanto evidencia que as mulheres negras se apropriam da agenda feminista para desenvolver respostas que atendessem as nossas especificidades. Prossegue dizendo em entrevista, “a gente insistia muito nesta coisa de que na verdade a libertação da mulher branca era algo que dependia da nossa opressão, isto dava muita confusão, muita confusão com estas mulheres”.

Assim, o racismo, a exploração econômica e social era crucial na estruturação de nossa desigualdade e o entendimento disso era fundamental para a formação de alianças. De forma enfática comunicou na entrevista: “aquela mulher construída pelo movimento feminista, ela era construída dentro de um padrão, que era um padrão totalmente branco e que, portanto, não nos incluía”. Os movimentos viviam um dilema político, uma vez que não havia como forjar uma unidade entre mulheres negras e brancas em torno de uma agenda única, mas era crucial construir a luta feminista, para isso era urgente erguer pontes.

A construção de uma unidade total era difícil, pois exigia a aceitação das experiências específicas das mulheres negras, isto é, da não supressão de pautas antirracistas, em especial em como o racismo reconfigura gênero. Por isso, uma abordagem inclusiva e interseccional era imperiosa, a solução estava em reconhecer a diversidade de vozes dentro do movimento feminista, valorizando e respeitando as diferentes perspectivas. Isso envolvia criar espaços onde as mulheres negras pudessem expressar suas preocupações, liderar e definir suas próprias lutas e agendas *no* feminismo. Ao mesmo tempo, era essencial que as mulheres brancas reconhecessem seu privilégio racial e se tornassem aliadas na luta contra o racismo.

Luiza Bairros afirma que a tomada de consciência em relação ao tratamento da diferença dentro da diferença foi um entendimento ímpar no trato com as particularidades em torno do debate da categoria “mulher”. Segundo destaca na entrevista, “havia mesmo o fato de que a gente, de uma forma quase que intuitiva, já colocava isto, quer dizer, não existiam mulheres em geral, existiam mulheres de acordo com suas condições, de acordo com seu pertencimento racial, de acordo com sua classe social”.

Esta argumentação, baseada nas reflexões de um pensamento feminista negro interseccional, estabelece um entendimento fundamental para o tratamento das diferenças

existentes em relação à categoria "mulher", refutando noção homogênea fundada em determinismo biológico. As mulheres são atravessadas diferentemente pela dominação de classe, gênero e raça e outras variáveis de subalternização. A perspectiva enriquece e aprofunda o diálogo dos feminismos ao reconhecer a complexidade das experiências das mulheres e a importância de se considerar as diversas realidades, pertencimentos e lugares ocupados no mundo. Como sublinha Françoise Vergès (2020, p. 28), é esta perspectiva que atribui aos direitos das mulheres “uma dimensão política radical”, de “levar em conta os desafios impostos a uma humanidade ameaçada de desaparecer”.

Faz-se necessário compreender as vozes dos feminismos, que ecoam de mulheres negras cis e trans, quilombolas, indígenas, lésbicas, da cidade, do campo, e de outros grupos e repertórios discursivos e de suas necessidades, reconhecendo as nuances que emergem de seus diversos contextos históricos, culturais e sociais. A vastidão e a complexidade dessas perspectivas, levando em consideração as múltiplas dimensões de experiências, práticas e reivindicações envolvidas devem ser apreciadas, pois necessárias para pôr fim às políticas de dominação e de desigualdades.

Entretanto, a atuação das mulheres negras no movimento feminista frequentemente encontrou desafios e conflitos. As mulheres negras identificaram práticas discriminatórias que impediam a participação. Diante dessa realidade, romperam com tais práticas que reiteravam a marginalização no movimento, negando e desvalorizando suas experiências. Como destacado por Luiza Bairros na entrevista, essas ações e posicionamentos contribuíram para a formação de um pensamento negro feminista. Um exemplo significativo deste período ocorreu durante o Encontro Feminista em Bertioga em 1985<sup>8</sup>. Diz

uma das coisas mais importantes para definir a nossa identidade como mulher negra dentro do Movimento Feminista e/ou Movimento de Mulheres, foi o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe que aconteceu em Bertioga – São Paulo em 1985. Naquele encontro havia cerca de 700 mulheres, destas duas regiões presentes, e nós éramos neste total umas 40 negras, destas a maior parte do Brasil. E era impressionante como a gente era discriminada pelas feministas “propriamente ditas”. Elas diziam: “você não são feministas, você não

---

<sup>8</sup> Em Bertioga, São Paulo, lá estavam as mulheres guerreiras como Vera do Agbara Dudu, Rosália Lemos, Jurema Batista, Joana, Helô, Margareth, Bárbara e a ex-ministra da SEPPPIR, Luiza Barrios. Reconhecida como uma das principais lideranças do movimento negro no Brasil, a socióloga Luiza Helena de Bairros foi escolhida para falar em nome do coletivo feminino do Brasil. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=UTMNtN2jOVs>



são favoráveis ao aborto, vocês não são contra o casamento”, aquelas coisas.

No encontro várias diferenças se agudizaram. Continua Luiza Bairros na entrevista:

E aconteceu naquele encontro um fato bastante emblemático, que foi o seguinte. Todos os encontros feministas têm por norma que as mulheres não devam levar crianças, que é uma coisa com a qual todo mundo concorda, (...). Mas, para as mulheres negras conseguir isto é muito difícil para muitas, (...) algumas até conseguem, tem uma “redezinha” de solidariedade que pode deixar a criança lá, mas outras não, e então o que acontece?! Para este encontro as mulheres do Rio de Janeiro, que eram mulheres de favelas e periferias, elas organizaram um ônibus e foram para São Paulo em Bertioga (...) e várias delas com crianças. Chegando lá as feministas não deixaram o ônibus entrar, então aquele ônibus ficou parado na porta daquele evento sem poder entrar, foi uma coisa fortíssima. Porque acabou virando o assunto do encontro todo, e uma batalha muito grande de nós outras mulheres negras que fomos, (...) para conseguir manter uma discussão lá dentro com toda confusão que foi. E aquele encontro foi um divisor de águas dessa coisa toda, tanto que três anos depois o I Encontro Nacional de Mulheres Negras aconteceu. (...) existiam condições subjetivas, condições objetivas que nos diferenciavam muito daquele ambiente, daquela forma de fazer movimento e que seria, portanto, o caminho natural a gente procurar uma outra saída.

O fato descrito por Luiza Bairros vem sendo citado e analisado em diferentes estudos sobre feminismo e movimento de mulheres negras no Brasil (LEMOS, 1997, ALVAREZ, 2003). Mencioná-lo mais uma vez é imprescindível, na medida em que leva à reflexão sobre as distintas perspectivas e contextos enfrentados pelas mulheres, especialmente as mulheres negras, que desempenharam um papel significativo no avanço do debate e do pensamento feminista, enquanto movimento político que busca eliminar o racismo patriarcal heteronormativo capitalista e imperialista e por promoção de um movimento inclusivo e equânime em defesa de uma política decolonial feminista e de emancipação coletiva.

Esses eventos e experiências serviram para ampliar ainda mais a reflexão sobre as prioridades e especificidades das mulheres negras e seu pensamento feminista, contribuindo para a definição dos elementos que o constituem. A autora Façoise Vergés (2020) diz que defender o feminismo como luta pelo direito de existir e como política decolonial começa pela nossa “fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber

suas heranças”. (VERGÉS, 2020, p. 35) Completamos, é registrar as memórias daquelas que aspiraram abrir espaços para preenchê-los com projetos coletivos de emancipação de mulheres negras cis e trans.

Luiza Bairros na entrevista avança em sua crítica e escrutina o discurso de um feminismo excludente.

E é muito chocante até certo ponto perceber, como nas conversas com as feministas brancas, as do Brasil, fundamentalmente as do Rio de Janeiro e São Paulo, que elas diziam assim: ‘Não, eu sou feminista, eu sou feminista, mas, a sociedade é racista, então eu tenho em mim esta coisa do racismo plantado e não tenho muito que fazer com relação a isso’. Isto também foi muito interessante porque serviu para desmascarar, (...) este discurso não é libertário coisa nenhuma, um discurso feminista que admite o racismo deve se chamar de uma outra coisa, mas, nunca de feminismo. E foi muito interessante porque neste processo de Bertioga, como vou dizer, a gente perdeu a inocência digamos assim, a gente perdeu a inocência, em relação àquilo. Não existe a possibilidade de fazermos um grande movimento unificado de mulheres, perdemos a inocência e partimos para este caminho que estamos criando há algum tempo.

A memória denuncia fatos que corporificam a continuidade dos diferentes processos históricos vivenciados pelas mulheres negras na afirmação da enunciação de seu pensamento e mobilização política. Lançar sobre eles olhar aprendiz é colocar em prática o aprendizado amefricano, ilustrado pela pesquisadora Cláudia Cardoso ao discorrer sobre o pensamento de Lélia Gonzalez e a potência da categoria ao ensinar a experiência na diáspora como política para emancipação. A amefricanidade, diz Cardoso (2019, p. 45), se constitui em uma formulação teórico-política feminista negra decolonial de agenciamento. Traz em sua concepção “a valorização das diferentes experiências políticas-culturais-estéticas-religiosas de resistência na diáspora contra as opressões, desenvolvidas por mulheres e homens negros, em especial pelas mulheres negras, buscando anunciá-las como processos pedagógicos de aprendizagem”. Nesse movimento, a noção de "feminismo como um espaço político", anunciado por Luiza Bairros, propõe desafiar as relações de poder e hierarquizações e ter por objetivo transformar essas relações, inclusive, em seu próprio interior.

O fortalecimento do movimento de mulheres negras na década dos anos 80 conduz à formação de uma força política emancipatória, culminando na mobilização e participação do Movimento de Mulheres Negras em contexto nacional. O movimento revisitou preocupações singulares, que abrangiam dimensões raciais, de gênero e sociais.

Como resultado, surge uma identidade compartilhada que reflete as especificidades e necessidades reunidas por mulheres negras, pois, diz Luiza Bairros na entrevista,

essa categoria mulheres negras hoje define muito pouco. Porque, na verdade, tu tens as mulheres quilombolas reivindicando para si uma condição de quilombolas que é delas. Tu tens lésbicas negras, têm uma rede nacional de lésbicas negras, que reivindicam para si uma outra identidade. Temos jovens negras que chamam para si uma outra coisa. Temos as empregadas domésticas que chamam para si uma outra coisa. (...) não sou contra este tipo de coisa, acho que é da natureza da luta que a gente faz apontar para as pessoas e as possibilidades. Existem várias especificações de ser negro, existem várias formas de ser mulher negra, e é isto o que está acontecendo dentro do Movimento de Mulheres Negras.

O processo de formação da identidade é dinâmico e demandado por uma multiplicidade de fatores. Segundo Avtar Brah (2006, p.21), “as identidades são moldadas pela multiplicidade de posições de sujeito que constituem o indivíduo”. No processo discursivo que envolve a construção da identidade compartilhada, as particularidades presentes nas relações desempenham um papel fundamental e elucidativo no debate em torno dessas inter-relações. Conforme a pesquisadora, “as identidades pessoais sempre se articulam com a experiência coletiva de um grupo, e as especificidades da vida cotidiana de uma pessoa nas minúcias das relações sociais vividas resultam em trajetórias que não simplesmente refletem a experiência do grupo.” (BRAH, 2006, p. 22)

Assim, a constituição e articulação entre coletivo e individual se coloca como possibilidade chave para a formação, atuação e organização do movimento de mulheres negras a partir do referencial feminista negro. Nesta interação dinâmica se produzem possibilidades e pertencimentos que passam a se constituir enquanto mecanismo desencadeador de uma ação local efetiva na busca pela equidade de raça e de gênero. É interessante observar, salienta Luiza Bairros na entrevista,

a gente pensar que vai haver momentos que uma mulher quilombola do ponto de vista de suas reivindicações, de sua visão, das formas de fazer política, ela pode ter até mais a ver com uma mulher indígena do que com uma mulher negra urbana. Mas estes são os desafios que estão colocados e eu acho que eles são muito interessantes e importantes, da gente fazer este exercício, que é o exercício de não oprimir a identidade do outro, porque nós já passamos por este processo, dos homens quererem que a gente abafasse a nossa especificidade diante desta construção ampla chamada comunidade negra, ou população negra e a gente não fez isto. E é por isso que eu te digo o feminismo, ele tem que ser necessariamente libertário, necessariamente libertário.

Luiza Bairros recupera questões profundas e significativas relacionadas à complexidade das experiências das mulheres negras. As identidades são multifacetadas e não podem ser reduzidas a uma única dimensão. Ao destacar especificidades entre mulheres negras, cujas necessidades criadas pela intersecção de diferentes esferas da opressão não podem ser desvalorizadas e desconsideradas, faz um chamado para um feminismo que não busca a homogeneidade de ponto de vista, mas que acolhe e se retroalimenta das demandas para projetar um ponto de vista amplo, residindo aí o seu aspecto libertário e emancipador.

Ela destaca a importância da inclusão, da diversidade e do respeito mútuo dentro do feminismo e do movimento negro. Diz que as lutas por igualdade não podem ser eficazes se não reconhecerem e abraçarem a complexidade das experiências das mulheres negras e de suas diversas comunidades. Para Luiza Bairros, nossos feminismos negros são forjados a partir da coletividade tão cara e constitutiva das populações negras em diáspora. Ela afirma na entrevista:

Uma coisa que eu acho extremamente importante de ser observada é que a pauta de militância das Organizações das Mulheres Negras elas não são fundamentalmente diferentes das organizações mistas, porque esta é a diferença fundamental entre o movimento de mulheres negras e das mulheres brancas. Porque o racismo nos coloca num tipo de situação onde não existe a possibilidade de trabalhar pelo fim da opressão de um setor da comunidade negra, quer dizer, sem o fim do racismo não existe possibilidade do fim de opressão da mulher negra, e o racismo atinge a todos de forma diferente, mas atinge a todos. Então, este núcleo central que o racismo acaba forjando diferencia a nossa maneira de intervenção. Agora, eu acho (...) o que diferencia fundamentalmente as organizações das mulheres negras das organizações mistas é que as mulheres negras produzem um ponto de vista sobre a sociedade, sobre as formas de intervenção na sociedade que são particulares desta opressão racista e sexista que elas sofrem. E, por outro lado o trabalho que é realizado dentro das organizações de mulheres negras é sempre no sentido de empoderar as mulheres negras que é uma preocupação que as organizações mistas não têm.

Importante ressaltar a natureza coletiva do empoderamento no contexto do feminismo negro, na medida em que compreendemos que a luta contra o racismo e o sexismo não pode ser uma empreitada isolada das mulheres negras, pois o racismo afeta todas as pessoas da comunidade negra de maneira diferenciada. Sendo assim, o ativismo do feminismo negro se estende além das fronteiras de gênero, reconhecendo que tanto as

mulheres quanto os homens negros enfrentam desafios significativos relacionados à discriminação racial. De modo que a coletividade nos empodera enquanto coletivo diverso e proponente, pois, como afirma a pesquisadora Silvana Bispo,

O empoderamento, na perspectiva ativa do feminismo negro, não diz respeito apenas às mulheres, mas à comunidade negra como um todo, pois, o racismo, de forma diferenciada, afeta a todas e todos. Dessa forma, não há como lutarmos pela autonomia das mulheres negras, sem que sejam incluídas as variáveis que marginalizam, também, os homens que são vitimados pelo racismo. Nesse contexto, as inter-relações entre estruturas de dominação e seus efeitos na vida cotidiana dos indivíduos são intersecções que precisam estar no panorama das discussões sobre política racial negra e de gênero, de modo que, se possa combatê-las a partir de seus aspectos subalternizadores. (BISPO, 2011, p. 120)

Além disso, não se pode perder de vista a importância da interseccionalidade, destacando como as estruturas de dominação se entrelaçam e afetam as vidas das pessoas de maneira complexa. Para combater eficazmente a opressão é essencial compreender e abordar essas intersecções de maneira holística. Neste ínterim, o empoderamento no feminismo negro é um esforço conjunto que visa dismantelar o racismo e o sexismo e essa luta deve ser travada em solidariedade por todas as pessoas da comunidade negra. É uma chamada para a ação coletiva e interseccional que busca confrontar e eliminar os aspectos subalternizadores das estruturas de dominação para alcançar uma sociedade eficazmente democrática.

Em relação ao formato organizativo do movimento de mulheres em Salvador, o olhar de Luiza Bairros é novamente apurado ao revelar algumas características do contexto local. Na entrevista, ela apresenta um cenário onde a formação e manutenção de coletivos são resultado de negociações estratégicas, táticas políticas e, em muitos casos, da construção de um capital simbólico sólido das mulheres dentro de suas próprias comunidades.

aqui na Bahia não tem, praticamente, “as mulheres negras”. Isto também é uma coisa complexa pelo seguinte. Para analisar isto na Bahia nós temos que fazer isto comparativamente, porque na Bahia e Salvador mais especificamente, tem um padrão de organização dos movimentos sociais que é diferente do resto do Brasil. (...) na Bahia não se desenvolveu tanto quanto em outros estados às chamadas Ongs, é muito diferente isto aqui. O que tu tens na verdade em termos de grupos de mulheres negras, (...) vários grupos de mulheres negras que se organizam a partir de seu bairro. Tu vais na União Paraíso, Alto das Pombas, Calafate, Alto de Ondina, Gamboa, tem grupo de mulheres negras reunidas fazendo alguma coisa, ou muitas se auto denominam

grupos de mulheres do bairro tal... Outras estão na verdade sob a identidade da associação de moradores do bairro, mas cada vez mais se colocam como mulheres negras. E tu não tens organizações específicas de mulheres negras nascidas dentro daquele perfil da coisa da luta contra o racismo, agora se tem mulheres negras fazendo um trabalho (...) trabalhando com agenda antirracista, feminista, (...) com agenda de melhoria das condições da comunidade negra em vários lugares.

Luiza Bairos evoca outro tipo de organização que se coloca como possibilidade política construída pelas mulheres negras soteropolitanas para fazerem emergir suas demandas e reivindicações nos debates em torno de agendas de raça e gênero, diferente da que gira em torno de entidades não governamentais criadas em outras partes do país. E ao refletir sobre essa dinâmica, expressa uma percepção de que a Bahia muitas vezes parece seguir um ritmo diferenciado em função da violenta opressão racial. Diz na entrevista, "tenho a tendência de achar que a gente aqui na Bahia sempre caminha mais devagar que outros estados, mais devagar", porque

tu enfrentas uma cultura política onde tanto o racismo quanto o machismo estão entranhados de uma maneira que é uma maneira bastante especial. O fato de sermos maioria na população do Estado, dá para a população branca daqui uma forma de lidar com o racismo que é muito "barra pesada". Porque a pessoa branca na Bahia sabe se ela abrir espaço ela provavelmente "dança". Porque é muito esmagadora a maioria negra no Estado. É muito mais fácil se abrir espaço para uma pessoa negra em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina do que na Bahia, (...) Em Santa Catarina as pessoas vão saber, aqui estou lidando com 9% da população do Estado. Mas aqui, com 70%, 80% e eles se entrincheiram mesmo em seus lugares de uma forma muito violenta, muito violenta.

Dessa maneira, apesar das mulheres negras envolvidas na luta contra o racismo e o sexismo em Salvador terem conseguido implantar suas ações por meio de articulações da subsequente formação do Grupo de Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado, a criação de uma organização específica de mulheres negras na cidade não se efetivou naquele momento, diferentemente de outros estados, como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, dentre outros, onde surgiram grupos exclusivos de mulheres negras, originados na luta contra o sexismo e o racismo.

Essa diferença de trajetórias destaca a complexidade das dinâmicas locais e regionais no movimento de mulheres negras no Brasil. Embora as mulheres negras em Salvador sejam parte ativa da luta contra a opressão e a discriminação sexista, provavelmente a não formação de um grupo exclusivo de mulheres negras neste período,

nos anos 80, pode ter sido influenciada por fatores contextuais específicos, como a estrutura do próprio movimento negro na região. Suas ações e contribuições continuaram a formar na época o ativismo e a agenda de igualdade de gênero e racial em Salvador, tanto que a história das mulheres negras na cidade foi parte incontestada do panorama nacional de ações, pertencimentos e agência. Porém, é importante reconhecer e assinalar que a luta das mulheres negras não se limitou e nem se limita a organizações específicas, pois é “constituída por diferentes organizações, coletivos, grupos, associações de moradores, comunidades religiosas, o movimento surge como resposta ao avanço do preconceito, das opressões e discriminações de raça, gênero, sexualidade e desigualdades de classe” (CARDOSO, 2023, p. 351).

### **Finalizando... Luiza Bairros: Um Legado De Luta E Inspiração, Viva**

No cenário da luta pelos direitos das mulheres negras e na busca incansável por uma sociedade mais justa, há figuras que se destacam como faróis de inspiração e força. Luiza Bairros é, sem dúvida, uma dessas personalidades que iluminou o caminho da (re)existência, sendo uma ativista negra, antirracista e antissexista de renome, fez-se com a mesma intensidade e brilhantismo ativista e intelectual, sua capacidade de analisar profundamente as questões raciais, sociais e de gênero a tornou uma voz inestimável pelos direitos das populações negras. Com falas fortes, ponto de vista crítico e habilidade de articular as ideias de maneira acessível, explicava conceitos complexos a todas as pessoas. Isso era parte de sua magia intelectual, a capacidade de traduzir questões estruturais em narrativas pessoais que ressoavam com as experiências cotidianas das pessoas negras, em especial das mulheres negras, de modo a ensinar que a abordagem para análise e registro da história das mulheres negras passa especialmente por nossas escrever vivências, na medida em que são contra narrativas desestabilizadoras do pensamento único.

A postura ativa de Luiza Bairros fazia parte de sua prática política diária, o afeto era uma de suas características mais marcantes. Com abordagem inclusiva e propositiva, pois reconhecia que a cura das feridas deixadas pelo passado comum de escravização exige empatia e conexões genuínas, defendia a criação de comunidades de apoio e solidariedade entre as mulheres negras. Ela nos ensinou e continua a ensinar que a resistência é um ato de amor-próprio, o conhecimento é o propulsor da mudança e o afeto

o equilíbrio entre as comunidades negras, posto dele derivar o sentimento de responsabilidade com a coletividade, por isso não era e continua não sendo possível ouvir Luiza Bairros sem por ela ser afetada.

Em um mundo onde as vozes das mulheres negras muitas vezes foram e ainda são marginalizadas e silenciadas, Luiza Bairros se ergueu como um farol de esperança, mostrando contundência em desafiar sistemas opressivos, visando defender um futuro inclusivo e justo, com igualdade de direitos e oportunidades. Seu legado é prova disso, se faz tributo ao ativismo na organização dos movimentos, que ela investiu em suas ações, escritos e nas políticas públicas que pode construir na condição de ministra de Estado. Sua memória é um lembrete constante de que a luta continua, é chamado à ação para todas as pessoas que almejam um mundo melhor. Nosso Bem Viver. Portanto, é crucial criar espaços inclusivos e seguros onde mulheres negras se sintam encorajadas a compartilhar seus conhecimentos e opiniões como Luiza Bairros mostrou ser possível fazer.

Além disso, a pesquisa acadêmica deve se esforçar para ouvir e incorporar ativamente essas vozes em suas investigações como sujeitos e não mais como objeto, como tem feito as pesquisadoras do NEIM/Ba. Também requer uma abordagem crítica que desafie os sistemas de poder que perpetuam o silenciamento das mulheres negras. Em última análise, a produção do conhecimento é enriquecida quando todas as vozes são ouvidas e valorizadas.

Nesse movimento, o impacto do NEIM na formação de gerações de feministas é uma gigantesca contribuição para o movimento feminista brasileiro, por isso celebrar sua importância é reconhecer seu aporte teórico e político significativos para o movimento feminista brasileiro. Ao longo de seus 40 anos de existência, o núcleo tem desempenhado um papel crucial na formação política em defesa dos direitos das mulheres em todo o país. O NEIM tem sido um importante centro de produção de conhecimento feminista e historicamente ampliou uma base teórica e metodológica do feminismo no país. Através de pesquisas diversas, publicações e eventos acadêmicos, tem gerado *insights* e análises que enriquecem o debate sobre gênero e equidade, influenciando não apenas o meio acadêmico, mas também contribuindo para o planejamento de políticas públicas e práticas sociais.

Luiza Bairros, por sua vez, impactou e afetou quem teve a oportunidade de cruzar seu caminho. À medida que refletimos sobre seu pensamento, somos lembradas de que a luta por equidade e justiça social é uma jornada contínua e coletiva. Ela nos inspira a



permanecer comprometidas com a luta feminista negra e antirracista. E nos deixou uma memória-história-escrevivência valiosa: a lembrança de que na coletividade e também em nossas diferenças podemos criar um mundo equitativo para viver nossas (re)existências. Seu impacto continuará a guiar e inspirar as gerações futuras de ativistas das mais diferentes vertentes e pertencimentos, pois para nós ela é ancestral e a celebramos.

Sigamos inspiradas na coragem, determinação e compromisso das que vieram antes de nós, todas as que abriram brechas insurgentes. Sigamos com a mesma dedicação e paixão na e pela luta.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, jul./dez. 2003.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ- PPCIS/UERJ. Vol. 3, nº. 2, 1995.

BISPO, Silvana Santos. **Mulher Negra, uma outra história**: movimento de mulheres negras feministas em Salvador, 1978-2001. 2007. 77 f. TCC (Licenciatura em História) – Departamento de Ciências Humanas UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2007.

BISPO, Silvana de. **Feminismo em debate**: reflexão sobre as organizações de mulheres negras em Salvador (1978-1979). 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

CARDOSO, Cláudia Pons. Movimento contemporâneo de mulheres negras brasileiras: história de (re)existências e insurgências em ação. In: VIANA, Iamara, COSTA, Valéria. (Orgs). **Mulheres afro-atlânticas e ensino de história**. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanidade: Proposta feminista negra de organização política e transformação social. **Lasa Forum**, v. 50, n. 3, p. 44-49, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. **Social Problems**, v. 33, n. 6, p. 14-32, Oct./Dec. 1986. Special Theory Issue.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York/London: Routledge, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.



EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência: a escrita de nós**. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17-31, 17 dez. 2009.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão**. Rio de Janeiro, 2021.

hooks, bell. **Erguer a Voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019. 384 p.

LE MOS, Rosália de O. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. 1997, Rio de Janeiro. 185f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PINHO, Deise K. Santana. **Minha (e)existência é voz! Ensino de história e escrevivências de mulheres negras: Oficinas pedagógicas com o romance 'Um defeito de cor'**. 202f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.